



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Diretoria de Controle Externo dos Municípios

### 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios

**PROCESSO N.:** 1.054.055

**NATUREZA:** Auditoria

**ENTIDADE:** Prefeitura Municipal de Santos Dumont

**PERÍODO:** Exercício de 2017 e janeiro a junho de 2018

**RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE:**

Carlos Alberto de Azevedo – Prefeito Municipal

Paulo Mendes Barreto Filho – Secretário Municipal de Finanças

Priscila Ferreira Polcaro dos Santos – Chefe de Departamento de Receitas

## I – Dos Fatos

Tratam os autos de auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Santos Dumont, tendo por objetivo analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal.

A referida auditoria gerou os Achados de Auditoria e Propostas de Encaminhamento constantes do relatório de fls. 08 a 35. Nele, a Unidade Técnica propõe que, *“nos termos da Resolução n. 14/2014, seja oportunizada a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, com obrigações e metas a serem assumidas, bem como o estabelecimento de prazos para sua implementação, a serem pactuados entre o jurisdicionado e este Tribunal”*.

Devidamente citado, o Prefeito Municipal protocolizou sob o n. 5775710/2019, fls. 58/60, sua manifestação, acompanhada da documentação de fls. 61 a 66, demonstrando desinteresse em celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com este Tribunal.

Nos termos do despacho de fl. 46/46v, os autos foram encaminhados a esta Coordenadoria para análise dos documentos juntados, principalmente quanto ao entendimento manifestado pelo Gestor sobre as medidas que vem adotando e desnecessidade de celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, fl. 56.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Diretoria de Controle Externo dos Municípios

### 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios

Após análise das justificativas e documentos apresentados pelo Prefeito Municipal, fls. 61/66, a Equipe Auditora manifestou-se pela ratificação das irregularidades apontadas no relatório inicial, fls. 69/71.

Em 08/05/2019 foi juntada nova documentação, protocolizada sob o n. 5925410/2019, remetida pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Alberto de Azevedo, a fim de subsidiar a manifestação anteriormente apresentada.

Os autos retornaram a esta Coordenadoria para análise dos documentos encaminhados, conforme despacho do Conselheiro Relator às fls. 73.

## II – Dos documentos apresentados

Foram juntados aos autos pelo Sr. Carlos Alberto de Azevedo, Prefeito Municipal Ofício n. 007/2019/PMSD/GP informando que *“...paulatinamente e de forma sobreposta estão sendo ‘adotas’ as medidas conforme propostas no relatório da auditoria realizada neste Município visando sanar as irregularidades apontadas, o que evidentemente demanda tempo para implementação e solução das mesmas. ”*

Junto a este ofício foi anexada a documentação a seguir discriminada:

- Cópia da Portaria n. 109, de 05/12/2018, nomeando Comissão Especial de estudos para consolidação das normas tributárias municipais;
- Certidão assinada pela Comissão informando que está sendo providenciada a unificação de toda a legislação tributária e fiscal no âmbito do Município e que elaborou uma Minuta de Projeto de Lei com o novo Código Tributário. Informa, ainda, em que estágio se encontra o estudo da referida minuta;
- Cópia do ofício de encaminhamento do Projeto de Lei ao Presidente da Câmara referente à fixação do valor mínimo para ajuizamento das ações fiscais da dívida ativa;
- Cópia de Projeto de Lei e Mensagem referente a fixação do valor mínimo para ajuizamento das ações fiscais da dívida ativa enviado ao Legislativo Municipal;
- Ato Ordinário n. 84/2019 que nomeia a Srtª Luciana Gonçalves da Fonseca para o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Execução Financeira;
- Documentos referente ao Sistema Eletrônico de Informação do Governo do Estado de Minas Gerais – SEI MG;
- Declaração do não emprego de menores.



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

### **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

#### **III – Da análise**

Constatou-se que foi instituída a comissão especial de estudos a fim de objetivar a consolidação das normas tributárias municipais por meio da Portaria n. 109, de 05/12/2018, evidenciando que foram tomadas medidas para a efetivação da Consolidação da Legislação Tributária Municipal.

Constatou-se, ainda, que o Prefeito Municipal enviou ao Legislativo, Projeto de Lei estipulando valor mínimo de 50 URMs equivalente a R\$2.696,00 para promoção das ações judiciais. Em pesquisa no sítio da Câmara Municipal de Santos Dumont verifica-se que o referido Projeto de n. 021/2019 recebeu Emenda Modificativa n. 001, propondo valor mínimo de 15 URMs equivalente a R\$808,80.

Desta forma, ficou evidenciado que a Administração vem tomando medidas para o atendimento às propostas sugeridas pela Equipe de Auditoria quanto à consolidação da legislação tributária municipal e fixação de um novo valor mínimo para cobrança judicial.

#### **IV – Da conclusão**

Após análise da nova documentação juntada em 09/05/2019 às fls. 75 a 87, mantem-se as irregularidades apontadas no relatório inicial às fls. 03/35 e ratificadas no Reexame às fls. 69/71.

Tendo em vista a proposta da equipe de auditoria, fl. 31, o interesse por parte dos responsáveis, demonstrada às fls. 75/76, e a determinação do Conselheiro Relator, fls. 73, elaborou-se um projeto de TAG de modo a dar cumprimento aos achados da auditoria. Uma vez ratificadas, as Propostas de Encaminhamento, para efeito de celebração de TAG, passam a ser tratadas como Metas a Serem Cumpridas. Considerando que o TAG é um instrumento de controle consensual, celebrado entre o Tribunal de Contas e os jurisdicionados (caput do art. 2º da Res. n. 14/2014), mostra-se imprescindível que sejam ouvidos os gestores responsáveis quanto às obrigações e metas a serem assumidas, bem como o estabelecimento de prazos para sua implementação (incisos II e III do art. 2º da Res. n. 14/2014). Portanto, esta Unidade Técnica propõe que este Tribunal intime os responsáveis para uma reunião neste Tribunal afim de apresentarem os prazos de cumprimento de cada uma das metas relacionadas a seguir



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

**1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

e para definição consensual da minuta do Termo de Ajustamento de Gestão, constante em Anexo a esta análise.

À consideração superior.

1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios, em 13/06/2019.

---

Paulo Roberto Ferrão  
Analista de Controle Externo  
TC 1.778-4

---

Sandra Collares Lameira  
Analista de Controle Externo  
TC 1.420-3



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

### **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

#### **ANEXO**

#### **Minuta de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG**

O Termo de Ajustamento de Gestão – TAG tem como fundamento constitucional o princípio da eficiência administrativa, que busca a mudança do controle-sanção para o modelo de controle-consensual. Desse modo, diante de desconformidades bem como de oportunidades de melhorias constatadas no jurisdicionado, o TAG pode ser adotado para estabelecer metas e cronograma de ajustes, em vez de ensejar penalidades, desde que obedecidas condições e prazos previamente estabelecidos. A celebração de TAG suspende a aplicação de medidas punitivas ao gestor e seu descumprimento poderá ensejar sua rescisão e a consequente aplicação de penalidades.

A norma instituidora do TAG no TCEMG, a Lei Complementar Estadual n. 102, de 17/01/2008, com as alterações da Lei Complementar n. 120, de 15/12/2011, estabelece, dentre outros requisitos, que:

- o TAG não pode limitar a competência discricionária do gestor (§ 1º do art. 93-A);
- a assinatura do TAG suspenderá a aplicação de penalidades ou sanções (§ 2º do art. 93-A);
- é vedada a assinatura de TAG nos casos em que esteja previamente configurado o desvio de recursos públicos e nos casos de processos com decisão definitiva irrecorrível (§ 3º do art. 93-A);
- o não cumprimento das obrigações ajustadas importa na rescisão automática do termo (§ 6º do art. 93-A).

O TAG foi regulamentado pela Resolução n. 14, de 10/09/2014. Segundo incisos de seu art. 2º contera:

- I – a identificação precisa dos gestores responsáveis e do Poder, órgão ou entidade envolvidos;
- II – as obrigações e metas assumidas pelos responsáveis;
- III – os prazos para a implementação das obrigações e metas assumidas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

**1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

IV – as sanções a serem aplicadas em caso de não atingimento das metas ou inadimplemento das obrigações, observado o disposto no art. 85 da Lei Complementar Estadual n. 102/08.

O art. 3º estabelece o rol taxativo das hipóteses em que o TAG não pode ser celebrado no âmbito do controle externo.

Assim sendo, após ouvidos os gestores quanto às metas a serem assumidas, bem como o estabelecimento de prazos para sua implementação, entende esta Unidade Técnica que este Tribunal poderá propor Termo de Ajustamento de Gestão – TAG segundo minuta a seguir:



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

### **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

#### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO**

Termo de Ajustamento de Gestão que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Município de Santos Dumont, com o objetivo de pactuar a adequação da estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal com vistas ao aprimoramento do exercício da fiscalização tributária e à consequente otimização da arrecadação e da cobrança dos tributos próprios.

O Conselheiro **José Alves Viana**, relator dos autos de n. 1.054.055 que tratam de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Santos Dumont, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93-A e art. 93-B, ambos da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17/01/2008, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 120, de 15/12/2011, c/c o inciso I do art. 4 da Resolução n. 14, de 10/09/2014, e o **Município de Santos Dumont**, pessoa jurídica de direito público, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Carlos Alberto de Azevedo**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 382.180.206-59, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Ajustamento de Gestão tem por objeto pactuar a regularização, por parte do Município de Santos Dumont, dos apontamentos decorrentes de auditoria realizada no município, a qual deu origem ao Processo n. 1.054.055, e, deste modo, contribuir para o aprimoramento do exercício da fiscalização tributária municipal e a consequente otimização da arrecadação e da cobrança dos tributos próprios.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS E PRAZOS**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Diretoria de Controle Externo dos Municípios

### 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios

Com vistas ao atendimento do objeto do presente Termo de Ajustamento de Gestão, o Município de Santos Dumont se compromete a promover o cumprimento das metas e prazos abaixo especificados.

Achado	Meta a Ser Cumprida	Prazo
2.1	Implantar procedimentos definidos de consolidação das normas tributárias, de forma que estejam permanentemente consolidadas e publicadas no site da Prefeitura ou da Câmara Municipal.	Enviado para Câmara de Vereadores Projeto de Lei dispondo sobre novo CTM
2.2	Elaborar e encaminhar, com base no que dispõe o art. 97, IV do CTN, projeto de lei à Câmara Municipal estabelecendo uma nova Planta Genérica de Valores – PGV do município para que esta retrate adequadamente a realidade imobiliária local e contemple possíveis valorizações e ou desvalorizações havidas em função das transformações urbanas, observando os seguintes aspectos: a) a avaliação de imóveis, para fins de tributação, deve ser efetuada por profissionais habilitados para atividade técnica de avaliar imóveis; b) a avaliação de imóveis deve ser referenciada em boas práticas reconhecidas e aceitas para o exercício dessa função (NBR 14653-1:2001 e 14653-2:2004, da ABNT); c) a média dos quocientes dos valores avaliados, conforme constam no cadastro fiscal, em relação aos preços praticados no mercado para cada tipo de imóvel (nível de avaliação), deve ficar entre 70% (setenta por cento) e 100% (cem por cento), conforme o § 4º do art. 30 da Portaria 511/09 do Ministério das Cidades; d) preveja a possibilidade de gradação de eventuais aumentos individuais acentuados decorrentes da implementação de uma nova Planta Genérica de Valores, de forma a respeitar o princípio da não surpresa e da capacidade contributiva.	Prazo 03 anos
	Após instituída a nova PGV cumprir o ciclo mínimo de 04 anos para a revisão da Planta Genérica de Valores.	Prazo 03 anos
	Dar ciência à Câmara Municipal do teor do presente achado de auditoria, ressaltando que a iniciativa para propositura de projetos de lei em matéria tributária é concorrente, ou seja, caso o Poder Executivo se mantenha inerte quanto à ausência de revisão da PGV e seus efeitos, qualquer vereador pode elaborar projeto de lei para sanar o problema.	Foi oficiado
2.3	Elaborar e encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei instituindo a progressividade fiscal de alíquotas para o IPTU, sob a modalidade graduada.	Projeto de Lei Código Tributário enviado ao Poder Legislativo
	Elaborar e encaminhar, à Câmara Municipal, projeto de lei específica para área incluída no Plano Diretor, determinando o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, fixando as condições e os prazos para implementação da referida obrigação, para a aplicação da progressividade no tempo das alíquotas de IPTU.	Projeto de Lei Código Tributário enviado ao Poder Legislativo
	Elaborar e encaminhar, à Câmara Municipal, projeto de lei específica para a aplicação da progressividade no tempo das alíquotas de IPTU para os terrenos subutilizados ou não utilizados.	Projeto de Lei Código Tributário enviado ao Poder Legislativo



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Diretoria de Controle Externo dos Municípios

### 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios

	Dar ciência à Câmara Municipal do teor desta proposta de encaminhamento, tendo em vista que a iniciativa para propositura de projetos de lei em matéria tributária é concorrente, ou seja, qualquer vereador pode elaborar projeto de lei relativa à presente proposta.	Feito
2.4	Estabelecer, no Organograma do Poder Executivo municipal, um setor responsável pela gerência e atualização do cadastro imobiliário.	03 anos
	Efetivar ações de recadastramento para conferir com maior fidedignidade o cadastro imobiliário do município.	PGV, 03 anos
	Firmar convênio com as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e de água tratada atuantes no município, para que as mesmas disponibilizem o acesso da Administração aos seus cadastros de clientes e unidades residenciais.	Em andamento 02 anos
	Normatizar e implementar procedimento de controle que consista no cruzamento de dados referentes a unidades autônomas tributáveis pelo IPTU com aqueles constantes de cadastros de clientes, do território do município de concessionárias de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e água tratada.	02 anos
	Normatizar e implementar procedimento de controle que consista no encaminhamento ao setor em que constem modificações, inclusive de uso, ocorridas em imóveis e loteamentos no território do município.	02 anos
2.5	Implantar e implementar o planejamento das ações fiscais materializado num Plano Anual de Fiscalizações que estabeleça os critérios das escolhas para a fiscalização do imposto, bem como as metodologias a serem adotadas, de forma a garantir a impessoalidade na escolha dos contribuintes a serem fiscalizados e possibilitar o controle de seu resultado e a aferição da eficiência e da eficácia dos trabalhos realizados.	Feito
	Regulamentar o art. 46 da Lei Municipal n. 3.774/05 - CTM (Decreto, Portaria, Instrução normativa, ordem de serviço, etc.) que instituiu os instrumentos de autorização para a realização da ação fiscal (a exemplo do Mandado de Procedimento Fiscal – MPF, adotado na esfera federal), com vistas a garantir a vinculação da atividade fiscalizatória e mitigar a ocorrência de ações arbitrárias de fiscalização.	Feito
	Implantar e implementar procedimentos referentes à obrigatoriedade da utilização do termo autorizativo para qualquer ação fiscal em diligência externa a ser realizada.	Feito
	Cadastrar os Cartórios em nome de seus Titulares e autuar as infrações e execuções fiscais contra o CPF do Titular do cartório.	Feito
	Implantar e implementar sistema informatizado de controle da arrecadação com módulo específico para a fiscalização do ISS, adequado para registrar os instrumentos de planejamento, execução e controle da fiscalização do ISS, tais como: Ordem de Fiscalização; Termo de Início de Ação Fiscal, Relatório de Fiscalização, Notificação, Auto de Infração, entre outros, com vistas a automatização e maior controle do gestor sobre os atos de fiscalização.	Feito
	Normatizar a instituição de obrigação acessória de apresentação <b>mensal</b> de informações da movimentação econômica de seus contribuintes, por sistema informatizado, que possibilite a fiscalização e a homologação dos lançamentos do ISS.	Feito
	Implantar e implementar acompanhamento periódico dos contribuintes obrigados à entrega de declaração periódica da movimentação econômica, de modo a promover fiscalização naqueles que deixaram de cumprir a obrigação e/ou lavrar auto de infração com base na legislação municipal.	Feito
	Implantar e implementar programa permanente de fiscalizações nos contribuintes de ISS no Município, enquadrados no Simples Nacional, de modo a apurar e lançar o imposto com base na movimentação econômica.	Rotina Observada
	Implantar e implementar procedimentos no intuito de comparar o faturamento bruto informado para o recolhimento do Simples Nacional, por meio do PGDAS-D, com o faturamento declarado com base na emissão de documentos fiscais, para fins de apurar o ISS devido.	Feito
	Estruturar o plano de carreira de Técnico Fiscal Fazendário de forma a aumentar o número de vagas e, em consonância com a essencialidade e a priorização de recursos prevista constitucionalmente para a função (art. 37, XXII), adotar a gratificação por produtividade, com base no §7º do art. 39 da CF, vinculada ao desempenho da arrecadação em relação a metas a serem fixadas pela administração tributária.	24 meses



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Diretoria de Controle Externo dos Municípios

### 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios

2.6	Realizar concurso público para provimento dos cargos de Técnico Fiscal Fazendário criados por lei e convocar os aprovados para exercício das funções de administração tributária.	36 meses
	Estruturar a Administração Tributária com sistema informatizado eficiente e setores específicos com rotinas de procedimentos para as atividades de Lançamento; Cobrança do Crédito; Fiscalização; Cadastro de Contribuintes, Dívida Ativa e respectivos controles.	24 meses
	Implantar e implementar um programa de capacitação para os servidores da Administração Tributária para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-os no sentido de obter os resultados desejados pela Administração, estimulando o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento.	24 meses
	Determinar que nas peças orçamentárias do município (LDO e LOA) para os próximos exercícios seja inserida dotação destacada e especificamente relacionada à modernização ou aparelhamento da administração tributária, classificando as despesas de custeio, ampliação e modernização da administração tributária em projetos e atividades específicas dentro da Subfunção 129 – Administração de Receitas, nos termos da Portaria MPOG 42/99.	Feito
2.7	Normatizar e implementar procedimentos de cobrança administrativa sistemática e com busca ativa de inadimplentes, dentre os quais deve constar, no mínimo: (i) o envio de notificação aos devedores junto com o carnê de pagamento do IPTU, acompanhada de guia padrão Febraban com opções para pagamento à vista ou da primeira parcela da dívida, estabelecendo no documento referência expressa à lei de parcelamento, o prazo para pagamento e o local em que deve comparecer para assinatura do Termo de Confissão de Dívida ou, caso deseje, apresentar contestação do valor da dívida; (ii) a implementação, no sistema informatizado de controle da arrecadação, de módulo específico para controle e execução de cobrança administrativa, automatizando a emissão de notificações aos devedores, a emissão de relatórios de notificações emitidas e encaminhadas aos devedores por período; e (iii) a emissão e arquivamento de relatórios gerenciais periódicos, com registros da cobrança administrativa realizada (quantitativo de notificações emitidas em cada ano e de notificações não entregues), possibilitando, tanto ao sistema de controles internos do município quanto aos Órgãos de controle externo, aferir a taxa de sucesso relativa a essa cobrança, bem como as causas dos eventuais insucessos.	Em andamento Proc. Adm. 24 meses
	Realizar estudo para rever o valor mínimo para ajuizamento da cobrança judicial em função do custo total de uma ação de execução fiscal.	Feito
2.8	Implementar o protesto extrajudicial como forma de cobrança administrativa, devendo a Administração Tributária Municipal, para tanto: (i) efetivar convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Minas Gerais para a isenção de custas para a administração; (ii) efetivar a normatização relativa aos procedimentos de protesto, contendo, dentre outros, a qualificação mínima dos contribuintes, a periodicidade da realização, a notificação prévia, os procedimentos para inscrição em dívida ativa e para qualificação e emissão da Certidão de Dívida Ativa, evitando sua emissão automática; (iii) iniciar procedimentos de qualificação mínima dos cadastros dos contribuintes devedores e das Certidões de Dívida Ativa; (iv) iniciar os procedimentos de protesto com os contribuintes que possuam cadastro com eventos indicativos de atualização recente como: transmissão de propriedade, alteração de cadastro e pedido de parcelamento.	Minuta de Convênio com o Cartório já enviado ao órgão competente para assinatura e início.
2.9	Implementar a cobrança judicial em função do valor mínimo estabelecido a tempo de executá-la antes de findo o prazo prescricional.	Feito

PARÁGRAFO 1º – A assinatura do TAG suspenderá a aplicação de penalidades ou sanções decorrentes do Processo de Auditoria n. 1.054.055 e obrigará o gestor municipal ao



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

#### **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

cumprimento das metas e obrigações assumidas com o Tribunal, sob pena de rescisão automática.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO**

A verificação do cumprimento do TAG será realizada, por meio de monitoramento, pela Unidade Técnica, cujos relatórios serão encaminhados ao Relator e ao Ministério Público junto ao Tribunal.

PARÁGRAFO 1º – Para fins de monitoramento, assim que determinada meta seja cumprida o gestor municipal deverá encaminhar a este tribunal documentação comprobatória pormenorizada de seu cumprimento.

PARÁGRAFO 2º – O Conselheiro Relator poderá solicitar informações periódicas e determinar a realização de diligências a fim de apurar o cumprimento das metas pactuadas.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

Havendo motivo devidamente justificado, o TAG poderá ser alterado quanto às metas e prazos estabelecidos na Cláusula Segunda por iniciativa do Relator ou mediante requerimento do gestor responsável, ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações serão submetidas à aprovação do Colegiado competente e à homologação do Tribunal Pleno.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA APRECIÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO**

Findos os prazos estabelecidos no TAG para o cumprimento das obrigações e metas assumidas, o Relator, ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal, proporá ao Tribunal Pleno:

PARÁGRAFO 1º – O arquivamento do processo, se cumpridas as obrigações e metas estabelecidas.

PARÁGRAFO 2º – A rescisão do TAG, caso verifique o descumprimento injustificado dos prazos para cumprimentos das metas pactuadas.

PARÁGRAFO 3º – Na hipótese do parágrafo anterior, fica determinada a aplicação de multa



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

#### **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios**

ao gestor responsável, observado o disposto no art. 85 da Lei Complementar Estadual n. 102/08, e a retomada do Relatório de Auditoria n. 1.054.055, que deu origem às metas e prazos constantes da Cláusula Segunda, com a citação dos responsáveis para apresentação de defesa e documentos que entenderem necessários referentes ao cumprimento das Propostas de Encaminhamento nele contidas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

Na hipótese da ocorrência de situações não elencadas neste termo, deverão ser aplicadas as regras estabelecidas na Res. n. 14/2014 e na Lei Complementar n. 102/2008.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA**

Este instrumento será publicado, na íntegra, no Diário Oficial de Contas, iniciando sua vigência a partir da data de publicação e findando-se em \_\_/\_\_/\_\_, prazo que corresponde à data final de cumprimento da última meta pactuada, podendo ser prorrogado conforme previsto na Cláusula Quarta.

E por estarem assim acordados, firmam o presente termo.

---

Conselheiro José Alves Viana  
Relator

---

Carlos Alberto de Azevedo  
Prefeito Municipal de Santos Dumont

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.